

CAMPANHA NACIONAL

Estão roubando a nossa Previdência e aprofundando mecanismos que transferem nosso patrimônio e recursos públicos para o setor financeiro. Exigimos respeito e vida digna para todas as pessoas!

A sociedade brasileira tem sido fortemente lesada! Por isso é urgente organizar uma **grande mobilização nacional** e exigir que as pessoas e os direitos humanos e sociais à saúde, educação, emprego, aposentadoria, assistência, enfim, à vida digna, sejam tratados com prioridade em nosso rico país!

O Brasil é o país da abundância!

O Brasil é atualmente a **9ª maior economia mundial** e nossa realidade é de extrema abundância, com as maiores jazidas minerais do mundo - são mais de **55 minerais estratégicos**, destacando-se o **Nióbio** - e **Terras Raras**; a terceira maior reserva de **petróleo**; a maior reserva de **água** potável; a **maior área agricultável e clima favorável**, permitindo a produção de alimentos durante os 12 meses do ano; **riquezas biológicas**; **potencial energético, industrial e comercial**, além de imensa **riqueza humana e cultural**.

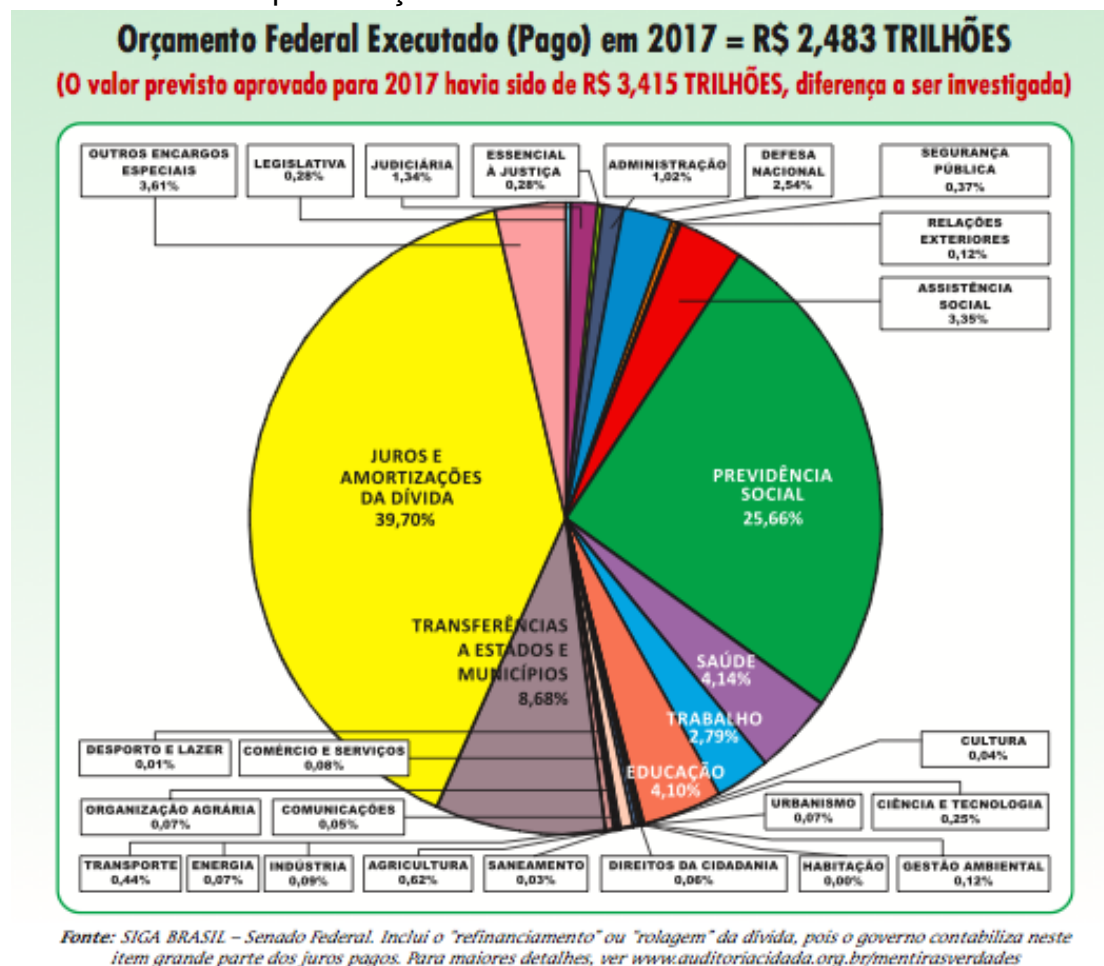
Possuímos também riquezas financeiras: Reservas Internacionais de US\$ 375 bilhões; montante de R\$1 trilhão esterilizado no Banco Central (operações compromissadas), colchão de liquidez de centenas de bilhões de reais acumulados na Conta Única do Tesouro, potencial de arrecadação tributária e cobrança de dívida ecológica.

Inaceitável cenário de escassez

Nossa realidade de abundância nada tem a ver com o escandaloso **cenário de escassez** a que temos sido submetidos, com **desemprego** recorde, **nível salarial baixo**, **falta de recursos** para o atendimento às necessidades sociais básicas, entrega de patrimônio público por meio de **privatizações** e desarranjo econômico que tem levado ao **encolhimento do PIB** do gigante Brasil e vergonhosa **concentração de renda** nas mãos de grupinho cada vez mais reduzido: em 2018, apenas 5 indivíduos detêm a mesma riqueza que a metade da população brasileiraⁱ, enquanto estatísticas oficiais comprovam o **aumento da pobreza e da miséria**ⁱⁱ.

Ocupamos a vergonhosa 79ª posição no ranking de respeito aos Direitos Humanos, segundo o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – medido pela ONUⁱⁱⁱ e o penúltimo lugar no ranking da Educação entre 40 países analisados^{iv}. Nosso desenvolvimento socioeconômico está completamente travado. **Contrarreformas e novos projetos de lei aprofundam ainda mais esse cenário.**

O cenário de escassez possui várias causas, destacando-se o modelo tributário regressivo, a política monetária voltada para interesses financeiros e especialmente o Sistema da Dívida, que além de absorver quase a metade do orçamento federal anualmente, tem sido a justificativa para contrarreformas e privatizações.



Reforma Trabalhista

Já foi aprovada a reforma trabalhista, que representa enorme retrocesso para a classe trabalhadora e coloca o Brasil na “lista suja” da OIT. A promessa era de que esse retrocesso seria compensado pelo aumento de vagas de emprego, mas o resultado foi o inverso: o desemprego aumentou, assim como a precarização, uma vez que a terceirização está substituindo empregos que antes eram ocupados por trabalhadores concursados.

Reforma da Previdência

A reforma da Previdência (PEC 287/2016) representa outra grande ameaça à classe trabalhadora, tanto do setor público como da iniciativa privada, do campo e da cidade. Sua tramitação no Congresso só foi suspensa por causa do desgaste de parlamentares que a apoiavam e seriam candidatos às eleições, porém, já está anunciada sua volta à pauta em novembro próximo. Tal reforma adia o direito à aposentadoria e dificulta as

regras para a fruição desse direito; entre outros danos, representa um verdadeiro calote no direito à pensão de companheiros(as) mortos que contribuíram a vida toda para isso...

Trabalhadores do setor público e privado estão sendo empurrados para fundos de pensão que deixam o futuro da classe trabalhadora à mercê do mercado financeiro e da especulação, sem garantia de pagamento de benefícios.

Reforma Tributária

A reforma tributária (PEC 293/2004) estava aparentemente esquecida, mas voltou à baila e seu relator atual é o Dep. Luiz Carlos Hauly. Essa reforma representa grande ameaça para a Previdência, Saúde e Assistência Social, pois pretende modificar a natureza de contribuições atualmente vinculadas constitucionalmente ao financiamento da Seguridade Social. Por exemplo, as contribuições Cofins e Pis seriam transformadas em imposto e, assim, deixariam de estar vinculadas ao orçamento da Seguridade Social e se destinariam diretamente ao caixa único que prioriza o pagamento de juros da chamada dívida.

Remuneração da sobra de caixa dos bancos

Enquanto faltam recursos para o atendimento às necessidades sociais básicas, nos últimos 4 (quatro) anos, **quase meio trilhão de reais foram destinados para remunerar a sobra de caixa dos bancos**, por meio do uso abusivo das “Operações Compromissadas” realizadas pelo Banco Central.

Não há amparo legal para o uso dessas operações em montante tão elevado, superior a R\$1trilhão desde 2016, gerando escassez de moeda na economia e empurrando os juros de mercado para níveis impraticáveis, prejudicando a indústria nacional e toda a economia produtiva, provocando o aumento do desemprego. Diante da ilegalidade do uso dessas “Operações Compromissadas” que tiveram seu ápice em outubro/2017 (R\$1,23 trilhão), o Banco Central enviou ao Congresso o **PL 9.248/2017** para criar o “**Depósito Voluntário Remunerado**”, a fim de “legalizar” a remuneração da sobra de caixa dos bancos, aumentando ainda mais os privilégios do setor que mais lucra no país, apesar da crise.

Temos recursos sobrando para remunerar a sobra de caixa dos bancos e aumentar ainda mais os seus lucros bilionários, enquanto milhões pessoas não têm acesso aos direitos sociais básicos?

Os parlamentares devem ser pressionados para **rejeitar o PL 9.248/2017**.

Esquema financeiro fraudulento da “Securitização de Créditos” desvia arrecadação tributária, cria dívida pública ilegal e gera prejuízos aos cofres públicos

Enquanto empresas estatais estratégicas e lucrativas são privatizadas em condições aviltantes (Embraer, setores da Eletrobras, Petrobras, Caixa Econômica Federal, Embrapa, portos, aeroportos, estradas, entre muitos outros ativos públicos), novas “empresas estatais” estão sendo criadas para operar o fraudulento esquema financeiro da “Securitização de Créditos” no Brasil, a exemplo da CPSEC S/A em São Paulo e PBH Ativos S/A em Belo Horizonte. Tais empresas servem de fachada para a contratação de operação de crédito ilegal, a qual é paga por fora, em proporção descomunal, mediante o desvio do fluxo de arrecadação tributária em favor de bancos privilegiados, durante o percurso dos recursos pela rede bancária. Portanto, ao contrário da propaganda enganosa, que prega que tal esquema estaria transferindo créditos podres de Dívida Ativa, na realidade ele está transferindo a propriedade do fluxo de arrecadação tributária e desviando o dinheiro pago pelos contribuintes, que sequer alcançará os cofres públicos. Esse mecanismo fere toda a legislação de finanças do país, estruturada com base no orçamento único. Tal esquema é muito parecido com o que atuou na Europa e afetou negativamente toda a economia do Continente, e já está funcionando em alguns estados e municípios. Em Belo Horizonte, onde foi criada a PBH Ativos S/A, restou comprovado que o município recebeu **R\$ 200 milhões**, porém, se comprometeu a reembolsar **R\$ 880 milhões**, acrescidos de IPCA e juros de 1% ao mês. Em pouco mais de 3 (três) anos de funcionamento, essa perversa “*engenharia financeira*” já provocou uma **perda efetiva ao Município de Belo Horizonte de cerca de R\$ 70 milhões!** Tudo isso é ilegal (ver <https://goo.gl/Z7qBkM>), no entanto, o **PLP 459/2017** visa “legalizar” esse esquema, por meio de projeto cifrado que esconde que por trás do termo cessão **onerosa** está a entrega do fluxo da arrecadação dos créditos pagos por contribuintes; um verdadeiro abuso!

O desvio de arrecadação tributária durante o percurso dos recursos pela rede bancária, de tal forma que tais recursos sequer alcançarão os cofres públicos, É CRIME! Por isso o PLP 459/2017 deve ser rejeitado!

Entrega do Petróleo extraído de áreas do Pré-sal para empresas estrangeiras

A cessão **onerosa** de que trata o **PLC nº 78/2018** (em tramitação no Senado Federal – PL 8939/2017 na Câmara) contém mecanismo muito parecido com o esquema da “Securitização de Créditos”, antes mencionado. **No caso do PLC nº 78/2018, a cessão onerosa envolve a entrega de até 70% do petróleo extraído de certas áreas do pré-sal a empresas estrangeiras!** Com o tempo e alterações legais posteriores, esse percentual pode chegar a 100%, o que transformaria a Petrobras em mera prestadora de serviços para as estrangeiras que ficarão com o petróleo extraído. Caso aprovado esse escândalo, o mercado nem mais precisará privatizar a Petrobras! Os abutres já ficarão com o petróleo diretamente! **O PLC nº**

78/2018 admite a substituição da Petrobras (cessionária exclusiva de que trata a Lei nº 12.276/2010, que está sendo alterada pelo PLC nº 78/2018) por qualquer empresa estrangeira que atue no Brasil. De acordo com o contrato de cessão onerosa, “A Cessionária [que poderá ser qualquer empresa estrangeira, caso aprovado o PLC nº 78/2018] assume, sempre, em caráter exclusivo, todos os investimentos, custos e riscos relacionados à execução das Operações e suas consequências, cabendo-lhe, como única e exclusiva contrapartida, a propriedade originária do Petróleo, de Gás Natural e de outros Hidrocarbonetos Fluidos, que venham a ser efetivamente produzidos e por ela apropriados no Ponto de Medição da Produção (...)”.

É um escândalo a entrega de até 70% do petróleo extraído de áreas do Pré-sal diretamente a empresas estrangeiras!

Por isso exigimos a **rejeição** ao PLC nº 78/2018.

Emenda Constitucional nº 95/2016 congelou todos os investimentos sociais e a manutenção do Estado para que sobrem mais recursos para os gastos financeiros com a dívida pública que nunca foi auditada!

Durante a sua tramitação no Congresso Nacional, a chamada “PEC do Teto” contou com forte apoio da grande mídia e grande propaganda em torno da necessidade de “controlar os gastos”. O que esconderam foi que a tal PEC estabeleceu um teto rebaixado somente para os investimentos sociais e a manutenção do Estado. Ficaram fora do teto, sem qualquer limite ou controle, os gastos financeiros com a dívida pública que nunca foi auditada, e também os gastos para aumento de capital das empresas criadas para operar o esquema da “Securitização de Créditos”.

A LDO 2019 já foi aprovada nessa linha, proibindo investimentos em todas as áreas do serviço público federal, inibindo qualquer tipo de gasto, reposição de trabalhadores, reajustes de despesas, embora a população esteja crescendo e demande cada vez mais os direitos sociais previstos em nossa Constituição. Os recursos para Educação e ciência e Tecnologia estão sendo cortados a tal ponto que diversas universidades estão ficando inviabilizadas, laboratórios estão fechando, pesquisas importantes para a humanidade sendo interrompidas... De maneira infame, a mesma LDO 2019 garante recursos para os abusivos juros da dívida pública que nunca foi integralmente auditada e que engloba remuneração da sobra de caixa de bancos, prejuízos com as escandalosas operações de swap cambial, e uma infinidade de questionáveis operações comprovadas inclusive pela CPI da Dívida Pública, a mesma que denunciou o descumprimento da “Regra de Ouro” para o pagamento de grande parte dos juros da dívida, que vêm sendo contabilizados como se fosse amortização: um escândalo que afronta o art. 167, III, da Constituição e promove a multiplicação da dívida por ela mesma, sem contrapartida alguma ao país ou à sociedade.

Deveríamos estar em outro patamar de desenvolvimento socioeconômico, considerando as imensas riquezas existentes em nosso país.

Para isso, teremos que lutar pela **revogação da reforma trabalhista e da Emenda Constitucional 95.**

Precisamos **impedir a aprovação da PEC 287/2016, dos projetos de lei PL 9.248/2017, PLP 459/2017 e PLC 78/2018.**

Exigimos também a **substituição do texto que consta da PEC 294/04 pela implantação da Reforma Tributária Solidária** (incluir link) apresentada recentemente à sociedade.

Interrupção da entrega do patrimônio público por meio das injustificadas privatizações a preços ridículos, enquanto os recursos se destinam ao pagamento de juros da chamada dívida pública.

Por fim, **exigimos a realização da auditoria da dívida pública, com participação social**, a fim de garantir a transparência do maior gasto público do país, que consome quase a metade do orçamento federal todo ano, afetando também os orçamentos estaduais e municipais. A dívida tem sido a justificativa para as privatizações, para as contrarreformas e para o ajuste fiscal representado pelo sacrifício imposto a todas as áreas sociais e produtivas, e sequer sabemos para quem pagamos essa conta, pois os detentores dos títulos da dívida são sigilosos!

Você está sendo convocado(a) a fazer parte desta grande mobilização nacional e exigir que as pessoas e os direitos humanos e sociais à saúde, educação, emprego, aposentadoria, assistência, enfim, à vida digna, sejam tratados com prioridade em nosso rico país!

Box com nomes (e clicando se chegará aos sites respectivos) de entidades que lançam a campanha

AS ENTIDADES QUE TIVEREM ACORDO EM SEREM SIGNATÁRIAS DESTE DOCUMENTO, DEVEM CONFIRMAR A ADESÃO PELO E-

MAIL: contato@auditoriacidada.org.br

ⁱ <https://g1.globo.com/economia/noticia/5-bilionarios-brasileiros-concentram-mesma-riqueza-que-metade-mais-pobre-no-pais-diz-estudo.ghtml>

ⁱⁱ <http://www.valor.com.br/brasil/5446455/pobreza-extrema-aumenta-11-e-atinge-148-milhoes-de-pessoas>

ⁱⁱⁱ https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/21/politica/1490112229_963711.html

^{iv} Índice Global de Habilidades Cognitivas e Realizações Educacionais